



FLS. 64

QUARTA CÂMARA CRIMINAL

PROCESSO Nº 0001954-82.2013.8.17.0000 (0297011-2)

HABEAS CORPUS

IMPETRANTE: EMERSON DAVIS LEÔNIDAS GOMES E OUTRO

PACIENTE: ANDRÉ LUÍS DA SILVA

RELATOR: DES. GUSTAVO AUGUSTO RODRIGUES DE LIMA

PROCURADORA DE JUSTIÇA: SUELI GONÇALVES DE ALMEIDA

AUTORIDADE COATORA: JUIZ DE DIREITO DA 5ª VARA DA COMARCA DO RECIFE/PE.

EMENTA: HABEAS CORPUS. PORTE ILEGAL DE ARMA DE FOGO DE USO PERMITIDO. ENVOLVIMENTO EM OUTROS DELITOS DE EXTREMA GRAVIDADE. RISCO DE REITERAÇÃO CRIMINOSA. PERICULOSIDADE DO AGENTE. AUSÊNCIA DE FUNDAMENTAÇÃO DA PREVENTIVA. NÃO OCORRÊNCIA. PRESSUPOSTOS PROCESSUAIS DO ART. 312 DO CPP. EXCESSO DE PRAZO. AFASTADO. RÉU PRESO EM FLAGRANTE DESDE DEZEMBRO 2012. INSTRUÇÃO JÁ DESIGNADA. RETARDO INJUSTIFICADO NÃO EVIDENCIADO. CONDIÇÕES PESSOAIS FAVORÁVEIS POR SI SÓ NÃO SUFICIENTES A RESPALDAR LIBERDADE PROVISÓRIA. CONSTRANGIMENTO ILEGAL NÃO CARACTERIZADO. PRISÃO PREVENTIVA MANTIDA. ORDEM DENEGADA.

1. Presentes os pressupostos processuais para justificar a prisão preventiva. Paciente envolvido em quatros delitos de homicídio. A soltura representa risco à ordem pública em face do risco de reiteração criminosa e evidenciar periculosidade.
2. O excesso de prazo deve ser cotejado a lume do princípio da razoabilidade aliado as diversas circunstâncias processuais. Não há,

[Assinatura]

na espécie, atraso injustificado, encontrando-se o feito em trâmite regular. Ultrapassada a fase da defesa preliminar e instrução já designada respeitando-se o volume de trabalho do órgão jurisdicional e a extensa pauta de audiências.

3. Condições pessoais favoráveis devem ser levadas em consideração para concessão da ordem, porém, não são suficientes para justificar a liberdade provisória se presentes os requisitos da preventiva.

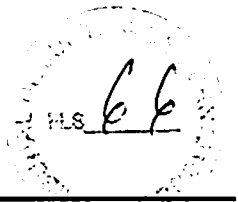
4. *Habeas Corpus* denegado, à unanimidade.

ACÓRDÃO

Vistos, relatados e discutidos estes autos do *Habeas Corpus* nº 0297011-2, no qual figura como paciente ANDRÉ LUÍS DA SILVA, ACORDAM os Desembargadores componentes da Quarta Câmara Criminal deste Tribunal de Justiça de Pernambuco, à unanimidade de votos, **denegar a ordem de *habeas corpus* pleiteada**, nos termos do voto do Des. Relator.

Recife, 19 de março de 2013.


DES. GUSTAVO AUGUSTO LIMA
RELATOR



QUARTA CÂMARA CRIMINAL

PROCESSO Nº 0001954-82.2013.8.17.0000 (0297011-2)

HABEAS CORPUS

IMPETRANTE: EMERSON DAVIS LEÔNIDAS GOMES E OUTRO

PACIENTE: ANDRÉ LUÍS DA SILVA

RELATOR: DES. GUSTAVO AUGUSTO RODRIGUES DE LIMA

PROCURADORA DE JUSTIÇA: SUELI GONÇALVES DE ALMEIDA

AUTORIDADE COATORA: JUIZ DE DIREITO DA 5ª VARA DA COMARCA DO RECIFE/PE.

RELATÓRIO

O Bel. Emerson Davi Leônidas Gomes e outro impetraram a presente ordem de *habeas corpus* liberatório em favor de **ANDRÉ LUÍS DA SILVA**, apontando como autoridade coatora o Exmo Juiz da 5ª Vara Criminal da Comarca do Recife/PE perante o qual responde ao processo criminal sob nº 0191666-25.2012.8.17.0001 com incurso na pena do art. 14 da Lei 10.826/03.

Segundo consta dos autos, o paciente, no dia 04/12/2012, por volta das 09:30h, na Rua Falcão Lacerda, nas imediações de uma parada de ônibus, no bairro de Tejipió, foi preso em flagrante por Policiais Militares ao fazer ronda, por portar ilegalmente, em via pública, um revólver calibre 38, da marca Rossi, numeração de série J137244, com cinco munições de idêntico calibre.

Infere-se, ainda, da leitura da denúncia, que o paciente teria confessado, no momento da prisão, estar fugido da comarca do Cabo de Santo Agostinho por ser suspeito da prática do delito de um duplo homicídio acerca de 15 dias antes, o qual vitimou Eliton Francisco Batista e Ingrid Fausto da Silva, bem como, de ter envolvimento em mais dois homicídios ocorridos também no citado município, que vitimou a pessoa de Robson Ferreira Alexandre e Luciélío.

Irresignado, o impetrante requer, liminarmente e no mérito, a concessão da liberdade provisória ou a sua substituição por medidas cautelares diversas ao argumento de que o paciente sofre constrangimento ilegal por manter-se preso sem qualquer pressuposto para a decretação da prisão preventiva, como também, pela caracterização do excesso de prazo, já que a audiência de instrução e julgamento foi designada para o mês de setembro de 2013, ou seja, 09 meses após a prisão cautelar. Sustenta que se o paciente vier a ser condenado não será apenado com pena de reclusão, sendo ilógico permanecer encarcerado cautelarmente se a própria pena aplicada possibilitará seu cumprimento em liberdade. Aduz, em favor do paciente, ser o mesmo portador de condições pessoais favoráveis suscetíveis de ensejar o deferimento da ordem. Colaciona documentos de fls. 13/29 dos autos.

Decisão interlocutória constante às fls. 31/33, indeferindo a liminar; solicitando informações à autoridade coatora, bem como, dando vistas a Procuradoria de Justiça.

Nas informações judiciais constante às fls. 39/40 dos autos, a autoridade coatora narra as circunstâncias da imputação e o trâmite processual. Esclarece que a denúncia foi recebida em 03/01/2013 ao tempo que foi convertida a prisão em flagrante em preventiva. Informa que o acusado responde a dois outros processos e já apresentou defesa preliminar com pedido de liberdade provisória, o qual foi indeferido e designada audiência de instrução e julgamento para o dia 02/09/2013, às 13:30h. O processo encontra-se aguardando a sessão instrutória. Colaciona cópias de fls. 41/54.

A Procuradora de Justiça ofertou parecer às fls. 58/61, opinando pela denegação da ordem por não vislumbrar constrangimento ilegal.

Recife, 19 de maio de 2013.


DES. GUSTAVO AUGUSTO LIMA
RELATOR



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE PERNAMBUCO
Gabinete Des. Gustavo Augusto Rodrigues de Lima

68

QUARTA CÂMARA CRIMINAL

PROCESSO Nº 0001954-82.2013.8.17.0000 (0297011-2)

HABEAS CORPUS

IMPETRANTE: EMERSON DAVIS LEÔNIDAS GOMES E OUTRO

PACIENTE: ANDRÉ LUÍS DA SILVA

RELATOR: DES. GUSTAVO AUGUSTO RODRIGUES DE LIMA

PROCURADORA DE JUSTIÇA: SUELI GONÇALVES DE ALMEIDA

AUTORIDADE COATORA: JUIZ DE DIREITO DA 5ª VARA DA COMARCA DO RECIFE/PE.

VOTO

Sr. Des. Presidente,

Srs. Desembargadores,

Sr.(a) Procuradora,

A irresignação da impetração cinge-se em perscrutar se há ou não constrangimento ilegal por ausência dos requisitos da prisão preventiva, bem como, pelo “potencial” excesso de prazo por parte da autoridade apontada como coatora, a qual mantém a prisão preventiva do paciente pela prática do art. 14 da Lei 10.826/2003.

Na espécie, em que pese a argumentação da defesa, a impetração não merece prosperar.

É certo que a prisão preventiva é de natureza processual e aviada em hipóteses de extrema necessidade, sendo medida de caráter

excepcional. Não obstante a excepcionalidade, é plenamente possível o encarceramento provisório do indivíduo, restringindo-se seu direito fundamental de locomoção em detrimento do bem maior.

Nessa linha de pensar, para a decretação da prisão preventiva é indispensável o preenchimento dos requisitos legais previstos no art. 312 do CPP, devendo a autoridade coatora fundamentar concretamente, ainda que de forma sucinta, a necessidade da custódia cautelar. Estando preenchidos os pressupostos legais e estando a decisão fundamentada, em prestígio ao art. 93, IX da CF/88 não há falar em constrangimento ilegal.

Na espécie, é bem verdade que a imputação atribuída ao paciente se julgada procedente levaria a aplicação de uma pena variável entre 02 a 04 anos de reclusão, o que poderia ser aplicado um regime de cumprimento mais brando.

Contudo, no caso concreto o julgador deve averiguar todas as circunstâncias do fato, bem como analisar as circunstâncias pessoais do acusado para valorá-las corretamente.

Na hipótese, vislumbra-se que o paciente a despeito de estar detido por porte ilegal de arma de fogo de uso restrito, é apontado como autor de duplo homicídio e envolvimento em outros dois. Tais crimes são de extrema gravidade e denotam uma periculosidade intensa do indivíduo, que se solto, poderia muito bem permanecer na atividade criminosa.

O fato de portar arma ilegalmente já evidencia uma suscetibilidade para o uso desnecessário, sobretudo se considerarmos que o mesmo não possui autorização legal.

Na decisão vergastada, o magistrado foi explícito ao justificar a necessidade da custódia cautelar.

Por elucidativo, transcrevo trecho da decisão, ratificada posteriormente, quando do pedido de liberdade provisória:

FLS. 70

"In casu, os requisitos específicos da prisão preventiva encontram-se demonstrados nos autos, os quais revelam a necessidade da prisão preventiva para o fim de assegurar a ordem pública, haja vista tratar-se o denunciado indivíduo de altíssima periculosidade, com predisposição em cometer crimes, principalmente ações homicidas. A reiteração delituosa do denunciado é evidente, conforme depreende-se da denúncia, a qual, inclusive, confessa em sede policial a autoria de, ao menos, dois homicídios. Fatos estes que dão suporte suficiente para o decreto de prisão preventiva para garantia da ordem pública. A liberdade do acusado representa, portanto, risco concreto para bens jurídicos alheios (...)"

Da leitura das declarações constante às fls. 15 dos autos, denota-se concretamente o receio da autoridade apontada como coatora, acaso deixe o paciente aguardando o processo em liberdade.

Nessa linha de raciocínio, observa-se a presença dos requisitos para decretação da preventiva, primordialmente no tocante a salvaguarda da ordem pública e o risco de reiteração delitiva.

Em casos assemelhados, o STJ assim se posiciona:

"RECURSO ORDINÁRIO EM HABEAS CORPUS. PENAL. PRISÃO EM FLAGRANTE. ART.14, DA LEI N. 10.826/2003. PORTE ILEGAL DE ARMA. PRISÃO PREVENTIVA. ART. 312 DO CPP. REITERAÇÃO CRIMINOSA. NECESSIDADE DE GARANTIA DA ORDEM PÚBLICA. RECURSO ORDINÁRIO DESPROVIDO. Demonstrada a existência de indícios de autoria e materialidade delitiva, a prisão preventiva somente deve ser decretada de forma excepcional quando evidenciada, no caso concreto, que a soltura do réu possa ser prejudicial à garantia da ordem pública, da ordem econômica, por conveniência da instrução criminal, ou para assegurar a aplicação da lei penal, nos termos do art. 312 do Código de Processo Penal, e em observância ao princípio constitucional da presunção de inocência. O risco concreto de reiteração delitiva é motivo suficiente para decretação da prisão preventiva como forma de garantia da ordem pública. Precedentes. Recurso desprovido.(RHC 30.190/MG, Rel. Ministra MARILZA MAYNARD (DESEMBARGADORA CONVOCADA DO TJ/SE), QUINTA TURMA, julgado em 19/02/2013, DJe 25/02/2013)".

Quanto à alegação por excesso de prazo, entendo que impetrante equivocou-se no significado da expressão.

Para que um ato da autoridade judicial por excesso de prazo transmude-se em constrangimento ilegal é imprescindível a análise de um conjunto de fatores, como o tempo da prisão, o efetivo trâmite processual, a conduta do juiz, a capacidade da comarca ou da vara, etc.

Diante da reunião de vários fatores e cotejando-se à luz do princípio da razoabilidade e proporcionalidade, é se extrai se no caso em exame há ou não o excesso prazal.

"A nosso ver, como o Direito não pode ser aplicado como uma receita de bolo, sem atenção às especificidades do caso concreto, acreditamos que a regra deva ser a observância de cada prazo quando se tratar de prisão. As exceções, ainda que sejam muitas e/ou freqüentes n cotidiano forense, devem ser analisadas concretamente, segundo seja a complexidade do processo (excesso de partes, de advogados, de meios de prova requeridos etc.) e a gravidade do delito. (...) Ausentes, entretanto, justificativas para o atraso e comprovada a superação indevida dos limites aceitáveis para a instrução, deverá ser relaxada a prisão, que no caso, passaria a ser ilegal¹."

Transtornos inerentes à burocracia do judiciário não é motivo idôneo por si só a respaldar o relaxamento da prisão, deve estar aliado à outras circunstâncias que ultrapasse a razoabilidade dos trâmites processuais.

No feito em análise, o paciente foi preso em flagrante em 04/12/2012; denúncia recebida em 03/01/2013 e o acusado já apresentou defesa preliminar por meio de advogado constituído, bem como restou indeferida a liberdade provisória postulada. A audiência de instrução e julgamento foi marcada para o dia 02/09/2013.

Ora, o processo obedece todo o trâmite processual, encontrando-se com audiência de instrução já designada, considerando-se a disponibilidade da pauta de audiência e da quantidade de feitos em andamento.

¹ PACELLI, Eugênio. FISCHER, Douglas. Comentários ao Código de Processo Penal e sua jurisprudência. Ed. Atlas, 4ª Edição, São Paulo, 2012.

Como bem destacado pela Douta Procuradora de Justiça:

"No caso que ora se analisa, a alegação de excesso de prazo não merece guarida, pois o excesso de prazo que gera o constrangimento ilegal é aquele injustificado, o que não se pode falar in casu, em virtude de o processo não se encontrar paralisado imotivadamente, já que se encontra no aguardo de realização da audiência de instrução e julgamento, a qual inclusive já teve data designada. Ademais, o período de tempo de prisão do paciente não dá ensejo ao constrangimento ilegal."

Levando-se em consideração o princípio da razoabilidade e da razoável duração do processo, não verifico excesso de prazo caracterizado. Ademais, ainda que houvesse o alegado retardo do feito, a custódia preventiva do acusado impõe-se pela necessidade da garantia da ordem pública.

Por esclarecedor, colaciono:

HABEAS CORPUS. CABIMENTO. ESTUPRO DE VULNERÁVEL. PRISÃO PREVENTIVA. ALEGAÇÃO DE EXCESSO DE PRAZO. OCORRÊNCIA. CONSTRIÇÃO QUE PERDURA POR QUASE CINCO ANOS. CONSTRANGIMENTO ILEGAL. 1. Esta Corte e o Supremo Tribunal Federal têm refinado o cabimento do habeas corpus, restabelecendo o seu alcance aos casos em que demonstrada a necessidade de tutela imediata à liberdade de locomoção, de forma a não ficar malferida ou desvirtuada a lógica do sistema recursal vigente. 2. Assim, verificada hipótese de dedução de habeas corpus em lugar do recurso próprio, imperioso o seu não conhecimento, merecendo-se ressaltar que uma vez constatada a existência de ilegalidade flagrante, nada impede que esta Corte defira ordem de ofício, como forma de desconstituir o constrangimento ilegal. 3. No caso, o argumento de excesso de prazo trazido pela Defensoria Pública do Estado da Bahia tem procedência, vez que o paciente se encontra preso desde 21/2/2008, ou seja, há quase 5 (cinco) anos. 4. Conquanto o entendimento pacífico desta Corte seja no sentido de que eventual demora na conclusão da instrução criminal deva ser considerada dentro dos limites da razoabilidade, levando-se em conta sempre as circunstâncias excepcionais que venham a retardar o bom andamento do feito, tenho comigo que, no caso, o excesso de prazo é evidente, não se observando circunstância relevante que justifique tamanha demora no julgamento. 5. Registre-se, por oportuno, que de acordo com as informações obtidas por meio da página eletrônica oficial do Tribunal de Justiça do Estado da Bahia, os autos estão conclusos desde setembro do ano passado. 6. Habeas corpus não conhecido. Ordem concedida de ofício para reconhecer o excesso de prazo e determinar que o paciente seja colocado em liberdade se por outro motivo não estiver preso. Facultado ao magistrado de primeiro grau, caso necessário, que imponha alguma medida cautelar diversa da prisão que entender pertinente. (HC 208.438/BA, Rel. Ministro OG FERNANDES, SEXTA TURMA, julgado em 21/02/2013, DJe 01/03/2013)

Nessa toada, não se recomenda no caso concreto a liberdade do paciente, inclusive, é assente na jurisprudência deste Egrégio Tribunal e no Colendo STJ que a presença das condições pessoais favoráveis não é suficiente para respaldar por si só a concessão da liberdade provisória².

Diante do exposto, fazendo-se necessária a manutenção da custódia do paciente, em consonância com o entendimento esboçado pela Douta Procuradora de Justiça, voto pela denegação da ordem de *habeas corpus* requerido.

É COMO VOTO.

Recife, 19 de maio de 2013.


DES. GUSTAVO AUGUSTO LIMA
RELATOR

² (HC 245.465/CE, Rel. Ministro CAMPOS MARQUES (DESEMBARGADOR CONVOCADO DO TJ/PR), QUINTA TURMA, julgado em 18/12/2012, DJe 01/02/2013)



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO
GERÊNCIA DE TAQUIGRAFIA



QUARTA CÂMARA CRIMINAL – 19 03 2013
HABEAS CORPUS Nº 297011-2 – RECIFE
IMPETRANTES: EMERSON DAVIS LEÔNIDAS GOMES E OUTRO
PACIENTE: ANDRÉ LUÍS DA SILVA
RELATOR: DESEMBARGADOR GUSTAVO LIMA

RELATÓRIO ÀS FLS. 66/67 DOS RESPECTIVOS AUTOS.

SUSTENTAÇÃO ORAL – GRYMA GULTIERGUE FREIRE DE OLIVEIRA
(OAB/PE 31.479)

Exmo. Sr. Presidente,
Demais Desembargadores.
Douta Procuradora.

O que traz a defesa a essa Tribuna é o parecer da Procuradoria de Justiça no sentido de denegar a ordem de *habeas corpus* e também para exercer a ampla defesa em nome do paciente.

Como foi lido no relatório o paciente foi preso em flagrante delito pelo crime de porte ilegal de arma e sua prisão foi convertida em preventiva sob a justificativa de que teria cometido alguns homicídios.

Mas o paciente não tem qualquer antecedente criminal, é tecnicamente primário, só responde a esse processo de porte ilegal de arma e deveria sua prisão ser fundada somente nos fatos e provas presentes nesses processos.

Mas sua prisão foi convertida, a audiência marcada para o dia 02 de setembro de 2013, fazendo com que perdurem nove meses entre a data da prisão e a data da realização da audiência, caracterizando o excesso de prazo. Enfim, existem violações ao direito da liberdade, a da presunção da inocência, da digna pessoa humana nessa prisão.

Essas garantias constitucionais devem ser protegidas pelo processo penal não só como benefício para aquele que está sendo investigado e processado. Deve ser como uma garantia de toda a sociedade, respeitando o pacto social que foi feito, efetivando o texto constitucional.

A prisão preventiva vem contra o *in dubio pro reo* sob o argumento do *in dubio societate*, que possibilita a prisão antes da sentença transitada em julgado, que, na minha opinião, é uma máscara bonita o nome desse princípio *in dubio pro societate*, para mascarar um sistema inquisitório.

Mas passada essa observação, ainda que fosse necessário algum peso sobre o que está sendo processado, sobre o paciente, teria o juízo apontado como

Simone



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO
GERÊNCIA DE TAQUIGRAFIA

coator outras medidas a serem tomadas, como, por exemplo, as medidas assecuratórias cautelares do art. 327 e 328 do Código de Processo Penal e até mesmo a fixação de fiança, que no crime em que estamos falando é possível, mas não o fez, preferiu pela prisão do paciente, preferiu pelo cárcere do paciente, antes de ter sido marcada a audiência de instrução e julgamento, de ofício houve essa conversão.

O que se tenta aqui com esse pedido é efetivar o texto constitucional, os princípios e garantias constitucionais para que efetivemos e possamos aplicar o estado democrático de direito e o sistema acusatório e não o sistema inquisitório que nos reportaríamos a Idade Média.

Dadas essas considerações quanto às violações que estão acontecendo nessa prisão, renova a defesa o pedido de procedência da ordem de *habeas corpus* com a expedição do respectivo alvará de soltura.

Obrigada.

VOTO DO RELATOR ÀS FLS. 68/73 DOS RESPECTIVOS AUTOS.

DESEMBARGADOR ALEXANDRE ASSUNÇÃO

Com o Relator.

DESEMBARGADOR FAUSTO CAMPOS

Com o Relator.

DECISÃO:

"POR UNANIMIDADE, DENEGOU-SE A ORDEM, NOS TERMOS DO VOTO DO RELATOR".

Simone